



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7738 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO)

(2020)

ISSN: 2595-7945

GT 12 - Currículo

ENTRE DISPUTAS E DEBATES: A CONSTRUÇÃO DA BNCC DE HISTÓRIA

Victor Ridel Juzwiak - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Astrogildo Fernandes da Silva Júnior - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

ENTRE DISPUTAS E DEBATES: A CONSTRUÇÃO DA BNCC DE HISTÓRIA

Os estudos sobre currículo são fundamentais para compreender não somente a organização dos conhecimentos disciplinares, mas também como ocorre a seleção de conhecimentos a partir de uma construção social e cultural dos conhecimentos escolares. Dessa forma, a escolha dos conteúdos escolares não deve ser vista de forma imparcial, que tem como objetivo apenas o processo epistemológico. A escolha dos conteúdos é um processo que envolve questões de legitimação, simbólicas e culturais, que estão ligadas a fatores de dominação, classe, raça e gênero (APPLE, 2006). Ao longo da história da educação é possível identificar de que forma as sociedades organizaram e deram sentido cultural e social aos currículos. As mudanças e reformas curriculares são processos comuns e recorrentes nas políticas e disputas educacionais (GESSER, 2002). Durante a história da educação no Brasil, é possível observar diversas concepções de currículo.

A Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo estabelecer os conteúdos comuns da educação no Brasil. Sua implantação é obrigatória, tanto para escolas públicas quanto para as escolas privadas. O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular foi um complexo e ocorreu em meio a disputas políticas epistemológicas. A definição de conteúdos comuns para todos os estudantes brasileiros está prevista desde a Constituição Federal de 1988, porém foram necessários vinte e nove anos para que essa política educacional se concretizasse. Ao longo desses vinte e nove anos diversas leis, diretrizes e planos foram criados e que atualmente fundamentam legalmente o documento da BNCC. O processo de implantação se iniciou no ano de 2018, dessa forma, estudos sobre seu impacto e a sua constituição são fundamentais para compreender os interesses de grupos que têm relação com esse documento.

O componente curricular de História foi alvo de diversas controvérsias ao longo do processo de construção do documento. O cenário político brasileiro teve um importante impacto na forma como o documento foi produzido. Foram elaboradas três versões do documento que foram publicadas e divulgadas para consulta pública. Neste sentido, o objetivo desta pesquisa foi compreender o processo de construção técnica, política e epistemológica da BNCC de

História do ensino fundamental a partir de suas versões. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia sob parecer n. 3.560.453, de 06 de setembro de 2019. Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, na qual se utilizaram duas estratégias para a produção de dados.

A primeira etapa consiste na análise documental, ou seja, os diferentes documentos que ajudam a compreender as políticas educacionais curriculares nacionais, assim como as três versões da BNCC. As legislações analisadas foram, a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Plano Nacional de Educação. Essas são as principais legislações que fundamentam e embasam legalmente a construção da BNCC.

Ao analisarmos as diferentes versões da BNCC, buscamos as principais mudanças e permanências nas orientações e nos conteúdos de História. Outro aspecto analisado são as principais concepções ideológicas e epistemológicas em cada versão, para assim, estabelecermos uma análise comparativa sobre as perspectivas de como os conceitos e a aprendizagem histórica estão presentes nos documentos. Para isso foram utilizados os conceitos para formação histórica propostos por Bezerra (2007) que são: História; Processo Histórico; Tempo (temporalidades históricas); Sujeito histórico; Cultura; Historicidade dos conceitos; Cidadania. Para a autora, estes são os conceitos imprescindíveis que contribuem para a formação histórica dos estudantes.

Le Goff (1996) discute as características dos documentos. Para o autor o documento histórico apresenta apenas uma versão da complexidade social, uma vez que os documentos são resultados de intenções e escolhas. Essas escolhas são produções individuais ou coletivas e representam valores e crenças que estão inseridas em um contexto socioeconômico, político e cultural. Neste sentido, torna-se fundamental compreender os contextos e os sujeitos que participaram da elaboração do documento. Desta forma, a crítica ao documento se torna um processo fundamental da pesquisa documental. Foucault (2002) discute a importância desse processo e de como a História mudou a forma como os documentos são vistos e analisados. A análise documental ocupa um processo fundamental nesta pesquisa. Dessa forma, o tratamento proposto para esse corpus documental é de um posicionamento crítico, que busca estabelecer, revelar e desdobrar as relações nele contidas.

A segunda etapa estabelece a construção de narrativas com pesquisadores especialistas que tiveram participação no processo de elaboração e construção das versões da BNCC. Assim, foi possível identificarmos os contextos, as preocupações e os processos que constituíram o desenvolvimento das propostas. Nesse ponto, as narrativas dos membros das comissões de elaboração são um importante aspecto para entendermos como as experiências ao longo do processo de construção da BNCC influenciam na forma como as concepções de História aparecem nos documentos. O uso das narrativas é particularmente relevante para estudos que procuram compreender a concepção e o comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos investigados. A forma como se relata a vida cotidiana reflete os fatores que influenciam o comportamento e a narrativa torna-se então, uma forma de expressar e compartilhar a experiência. Neste sentido, a pesquisa narrativa permite que os sujeitos estejam presentes na pesquisa (CLANDININ; CONELLY, 2015).

As entrevistas foram realizadas com as pesquisadoras especialistas que compuseram as equipes de elaboração das versões da BNCC, ao todo foram realizadas três entrevistas. As entrevistas para a obtenção das narrativas seguiram um roteiro orientador com questões abertas sobre a trajetória formativa e o processo de elaboração do documento da BNCC e foram gravadas. As entrevistas foram realizadas pessoalmente ou por videochamadas. Nessa ferramenta virtual as chamadas foram feitas com áudio e vídeo, o que facilitou o contato entre

entrevistado e entrevistador. As entrevistas foram agendadas em horário acordado com os participantes, e com gravação apenas do áudio para posterior transcrição. As entrevistas ocorreram entre setembro de 2019 a fevereiro de 2020. O roteiro orientador das entrevistas foi construído a partir de um questionário semiestruturado. As perguntas foram organizadas em três eixos: Eixo 1- Formação e experiência de vida; Eixo 2- Participação na BNCC; Eixo 3- Percepção da BNCC do componente de História. Neste sentido, o roteiro buscou abordar aspectos fundamentais do processo de elaboração do documento, levando em conta as experiências de vida e formação profissional, o processo de produção do documento e as percepções epistemológicas, políticas e conceituais do documento que os pesquisadores especialistas produziram. O processo de construção das narrativas se deu a partir da perspectiva metodológica proposta por Bom Meihy (2013), na qual, as entrevistas passam por três etapas: transcrição, textualização e transcrição.

A historicização e análise da Constituição Federal de 1996, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira de 1996, dos Parâmetros Curriculares Nacionais, das Diretrizes Curriculares de 2010 e do Plano nacional de educação (2014-2024), que fundamentam legalmente a BNCC, demonstram que a construção de políticas públicas educacionais são um campo de embates epistemológicos, ideológicos e políticos. São disputas e embates que envolvem diversos setores da sociedade, que disputam entre si por seus interesses, assim como, disputam dentro de seus próprios grupos. Tanto na elaboração dessas políticas públicas como nos documentos oficiais é possível identificar avanços, retrocessos e contradições que indicam as disputas e diferentes proposições epistemológicas e ideológicas que compuseram esses processos.

A construção do documento final da BNCC não foi diferente. A partir das narrativas dos especialistas que compuseram as comissões de elaboração das versões, foi possível identificar que esses conflitos ocorreram em diversas esferas da sociedade e envolveram diferentes agentes.

O processo de construção da BNCC ocorreu em meio à crise política do governo da presidenta Dilma Rousseff e foi finalizado no governo do então presidente Michel Temer. Apesar de a literatura sobre as versões da BNCC de História apontarem que as principais críticas a primeira versão se dava no campo político, isto é, uma forma de oposição ao governo petista. As narrativas demonstram que as críticas estão fundamentadas em hierarquizações epistemológicas, vindas de grupos internos e externos ao governo.

Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, essas disputas se acirraram, a segunda versão do documento da BNCC perdeu o foco do discurso público, porém sua elaboração foi envolvida em embates envolvendo as principais entidades e associações da área da História e dos pesquisadores especialistas que compuseram a equipe de elaboração. Em meio a essas tensões, um documento paralelo foi produzido sem o conhecimento da equipe de elaboração. Foi esse o documento que foi divulgado e disponibilizado para consulta pública.

A elaboração da terceira versão da BNCC ocorre em meio a esse contexto de disputas políticas e econômicas em torno da educação (SOUZA; GIORGI; ALMEIDA, 2018). A reforma do ensino médio, excluiu essa etapa educacional do documento da terceira versão da BNCC. A abordagem pedagógica a partir das competências pode ser explicada pela influência das avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), cujos objetivos são de relacionar os resultados com o desenvolvimento econômico dos países. Além disso, o Exame Nacional do Ensino Médio e outras avaliações estaduais utilizam essa perspectiva orientação teórica.

As narrativas apresentam importantes aspectos dos processos, das disputas e embates políticos

em torno do documento. Foi possível observar como o debate público ocorreu e como influenciou a elaboração do documento final. No entanto, as questões epistemológicas relacionadas ao ensino de História são complexas e sutis. Ainda que a pesquisa esteja em desenvolvimento, os resultados apontam para importantes reflexões sobre as disputas que ocorrem em torno da BNCC de História.

Palavras-Chave: Ensino de História; BNCC; Currículo.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Tradução: FIGUEIRA, Vinicius. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GESSER, Verônica. A evolução histórica do currículo: dos primórdios à atualidade. **Contrapontos**, Itajaí, ano 2, n. 4, jan/abr. 2002.

LE GOFF, Jaques. Documento-monumento. In: **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira Borges. 4º edição. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 462-473.

FOUAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BEZERRA, Holien Gonçalves. Conceitos Básicos- Ensino de História: conteúdos e conceitos básicos. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, p. 37-48, 2007.

CLADININ, D. Jean; CONELLY, F. Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e História em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2º edição. Uberlândia: EDUFU, 2015.

BOM MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2013.

SOUZA, Alice Moraes Rego de; GIORGI, Maria Cristina; ALMEIDA, Fabio Sampaio de. Uma análise discursiva da BNCC antes e depois do golpe de 2016: educação para o combate às discriminações?. **Cad. Letras UFF**, Niterói, v. 29, n. 57, p. 97-116, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/cadletrasuff.2018n57a616>